

entrevista agricultura

[**JOÃO MACHADO** PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES PORTUGUESES]

“A agenda política deste Governo condicionou o Proder”

Fotos Marta Poppe



Em vésperas de candidatar-se ao terceiro mandato à frente da CAP, João Machado não poupa o Governo: o plano de desenvolvimento rural é “mau” e vai atrasar a distribuição de verbas da UE

Isabel Aveiro ia@mediafin.pt Filipe Paiva Cardoso filipecardoso@mediafin.pt

Por que diz que o Proder é mau?

O Plano de Desenvolvimento Rural (Proder) é mau por diversas razões, mas especialmente porque tem uma aplicabilidade diminuta, está desajustado e não vai ter adesão.

As medidas não são as adequadas?

Se calhar é esse o objectivo. Portugal destinou grande parte – mais de 30% – do Proder para investimento público. Foi a UE quem obrigou à redução deste valor. O novo plano do Governo não tem aplicabilidade, o que fará com que sobre dinheiro que até pode ir para investimento público. Se calhar, no final, vamos ter mais de 30% do Proder em obras públicas.

Não diz que foi criado para o Governo reverter parte do Proder para obras públicas, mas diz que pode dar jeito...

Dá jeito ao Governo. Há medidas no Proder que obrigam à participação nacional, porém o investimento público é pago a 100%. Se a rede de rega do Alqueva for feita ao abrigo do Proder, a UE investe a 100%, logo não é preciso PIDDAC. Para bom entendedor...

Não é ingénuo, portanto?

De maneira nenhuma. A intenção do Governo estava bem expressa na versão inicial do Proder. Portugal é o único país europeu em que se aplica a modulação. A modulação serve para retirar dinheiro das ajudas para

o investimento. Ora num país em que isto está equilibrado e que no lado das ajudas é o que menos recebe, não faz sentido tirar de um para pôr no outro. Voltamos a uma ideia rebuscada, retira-se das ajudas, põe-se nas agro-ambientais, onde não é gasto e acaba no Alqueva ou assim.

Vai ficar vazio de candidaturas?

Tínhamos 70 mil candidatos e agora as inscrições ficaram-se pelas 12 mil. Há 58 mil agricultores com agro-ambientais que acharam este programa pouco atractivo.

O plano de regadio do Alqueva veio pressionar um Governo com pouca margem financeira, para reter mais verbas para o investimento público?

Basta olhar para o Proder, está lá escrito que, dos 17% de investimento público, 11% vão directos para o Alqueva. Mas atenção, a nossa reticência não é que o regadio do Alqueva não deva estar a funcionar.

É ter os agricultores a pagar o investimento que devia ser do Estado?

Exactamente. A rede pública de rega vai levar água e disponibilizá-la aos agricultores e essa água vai ter o preço mais alto que há em Portugal.

Porque razão não de retirar dinheiro a um programa comunitário para fazer a obra, quando a obra vai ser amortizada com o preço da água numa lógica de mercado? E veremos se o investimento público fica como está nesta versão do Proder.

A agenda política deste Governo esvaziou o Proder?

Condicionou. É impossível esvaziar um programa comunitário como este, que tem 570 milhões de euros por ano durante sete anos e julho que não há nenhum governo europeu que desvalorize esta questão. O que acontece é que a agenda política tratou, em primeiro lugar, de não o pôr em execução em 2007, ano em que era suposto ter arrancado, e estamos em 2008 e não temos nenhum mecanismo para nos candidarmos.

Não há mecanismo legal para haver candidaturas?

O Proder não está aprovado, logo os agricultores não se podem candidatar. Já há 570 milhões de euros do ano passado que não foram gastos. É altamente improvável que haja possibilidade de os agricultores se candidatarem até ao Verão, na melhor das hipóteses lá para Setem-

bro/Outubro terão os mecanismos necessários. As verbas de 2007 podem ser gastas até ao final de 2009. Agora, se o dinheiro é comunitário porque raio é que estamos a empurrar para a frente? A não ser que seja por razões eleitorais... Só não sei quando, mas não tenho a menor dúvida de que o Proder vá ser revisto, até porque este programa é para sete anos e duvido que este ministro e primeiro-ministro estejam lá até ao final do quadro.

Também o primeiro-ministro?

Tenho grande desconfiança de que consiga continuar na boa graça dos portugueses até 2013 com a política que tem seguido até ao momento.

Há estimativa do investimento privado de agricultores que não está a ser beneficiado por falta de mecanismos legais?

Todos os dias recebo queixas de pessoas que querem investir numa adega, queijaria ou vinha e não têm nada à sua disposição. Ao contrário do que parece transparecer do ministério, a Política Agrícola Comum é um direito dos agricultores e é um dever do Estado disponibilizá-la.